



História do Português Brasileiro

Ataliba T. de Castilho
(coordenador geral)

VOLUME V

MUDANÇA SINTÁTICA DAS CONSTRUÇÕES: PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Ataliba T. de Castilho
(coordenador)



editora**contexto**



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>Ataliba T. de Castilho</i>	
INTRODUÇÃO	11
<i>Ataliba T. de Castilho</i>	
A COORDENAÇÃO	26
<i>Sanderléia Roberta Longhin, Erotilde Goreti Pezatti e Norma Novaes Marques</i>	
A SUBORDINAÇÃO SUBSTANTIVA: MODALIDADE EPISTÊMICA E GRAMATICALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES MATRIZES	94
<i>Sebastião Carlos Gonçalves, Marize Dall'Aglio Hattner e Gisele Cássia de Sousa</i>	
A SUBORDINAÇÃO ADJETIVA	132
<i>Évaldo Balduino Bispo e Angélica Furtado da Cunha</i>	
ORAÇÕES DE TEMPO, CAUSA E CONDIÇÃO AO LONGO DOS SÉCULOS XVIII A XXI	170
<i>Maria Luíza Braga e Maria da Conceição de Paiva</i>	
A GRAMATICALIZAÇÃO DAS ORAÇÕES DE GERÚNDIO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO DO SÉCULO XVIII AO SÉCULO XX	222
<i>José da Silva Simões</i>	
DIACRONIA DA CONCORDÂNCIA	284
<i>Ataliba T. de Castilho, Bruno Maroneze, Célia Maria Moraes de Castilho, Edilaine Buin, Flávia Orci Fernandes, Janaina Olsen e Marcel Caldeira</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	401
OS AUTORES	427

APRESENTAÇÃO

Ataliba T. de Castilho

Este volume faz par com o volume 4, visto que em ambos a sintaxe diacrônica do português brasileiro (PB) é trabalhada de uma perspectiva funcionalista.

No primeiro capítulo “A coordenação”, Sanderléia Roberta Longhin, Erotilde Goreti Pezatti e Norma Novaes Marques apresentam um estudo da sintaxe e da semântica histórica das construções coordenadas do português. O foco repousa na caracterização formal e funcional dos três principais sistemas de coordenação, *aditivo*, *alternativo* e *adversativo*, e no reconhecimento e descrição dos principais aspectos de instabilidade e de permanência mostrados pelas construções coordenativas, na história do português.

No capítulo “A subordinação substantiva”, Sebastião Carlos Gonçalves, Marize Dall’Aglío Hattner e Gisele Cássia de Sousa tratam, sob perspectiva da gramaticalização, da formação de construções parentéticas epistêmicas originadas de sentenças matrizes epistêmicas cujas subordinadas ocorrem em posição argumental de sujeito e de objeto. Após oferecerem um panorama geral da modalização epistêmica envolvendo esses dois tipos de subordinadas na história do PB, suas análises concentram-se na formação das construções parentéticas epistêmicas. Em suas interpretações diacrônicas, os autores sustentam que favorecem a formação de parentéticas originadas de matrizes de sentenças objetivas (i) *presença de subordinadas finitas*; (ii) *não realização de complementizador entre matriz e subordinada*; (iii) *uso de alguns mesmos predicados em construções adjetivas ou adverbiais também em função parentética*; (iv) *baixo grau de certeza epistêmica expresso nas construções matrizes*; e (v) *demarcação prosódica da construção matriz*, representada, na escrita, por vírgula separando-a da sentença subordinada finita. Os mesmos parâmetros (i) e (ii) explicam também a formação de parentéticas originadas de matrizes de sentenças subjetivas. As duas formações diferem, entretanto, nos seguintes parâmetros de parentéticas originadas de matrizes de orações subjetivas: (i) *alto grau de certeza epistêmica*; e (ii) *dispensabilidade de cópula da construção matriz*. Numa generalização de seus resultados, os autores

concluem que a construção parentética emerge de um contexto de subordinação sentencial, se, e somente se, existir uma construção matriz epistêmica que lhe dê origem, desfazendo, como consequência, a relação de subordinação sentencial anteriormente existente.

No capítulo “A subordinação adjetiva”, Edvaldo Balduino Bispo e Angélica Furtado da Cunha tomam em conta diferentes aspectos dessa estrutura. Os autores apresentam uma caracterização das propriedades formais, semânticas e pragmáticas da oração adjetiva e descrevem os modos de codificação dessa oração. Em seguida, abordam questões de variação e mudança com base em estudos sincrônicos e diacrônicos sobre o tema. Examinam ainda as motivações cognitivas e discursivo-pragmáticas responsáveis pelo uso das estratégias de relativização. Os autores consideram, ainda, as chamadas relativas livres e as estruturas desgarradas e finalizam o capítulo, discutindo o estatuto gramatical do *que* prefaciador desses padrões oracionais.

Em “Orações de tempo, causa e condição ao longo dos séculos XVIII a XIX”, Maria Luiza Braga e Maria da Conceição de Paiva analisam os subsistemas dos conectivos temporais, causais e condicionais a partir de algumas propriedades morfossintáticas e discursivas das orações que estes elementos encabeçam. Inicialmente, as autoras circunscrevem o quadro teórico adotado, caracterizando, com base em Halliday (1994), a noção de oração hipotática e nuclear. As orações foram identificadas a partir de critérios formais e semântico-pragmáticos. Todas são conectivas e foram examinadas à luz de variáveis como posição da oração hipotática face à sua nuclear, correlação modo-temporal e correferencialidade entre os sujeitos das orações hipotática e nuclear. A análise permite mostrar relativa estabilidade das orações de tempo, causa e condição no período compreendido entre os séculos XVIII a XXI. Para todas as relações semânticas, destaca-se o uso preferencial de um conector em particular e a sua polifuncionalidade. Mudanças mais significativas puderam ser apreendidas na posição da oração e na forma de realização do sujeito das hipotáticas. Os resultados apontam para uma oscilação maior entre anteposição e posposição para as de tempo e condição. Para as hipotáticas causais, por sua vez, a posposição à oração núcleo é a forma de ordenação preferencial em todos os períodos, excetuando-se as orações encabeçadas pelo conector *como*. No nível morfossintático, a alteração mais significativa é a diminuição da categoria vazia como sujeito da oração hipotática, principalmente a partir do século XIX. No que se refere à configuração modo-temporal, destacou-se no capítulo a predominância da correlação

entre formas verbais de presente do indicativo. Mudanças mais significativas nas correlações modo-temporais foram apreendidas para as hipotáticas condicionais, em particular o decréscimo das formas verbais de subjuntivo.

No capítulo “A gramaticalização das orações de gerúndio no português brasileiro do século XVIII ao século XX”, José da Silva Simões investiga as orações de gerúndio sob uma perspectiva multissistêmica da língua. Na primeira parte do estudo, o autor estabelece critérios para uma definição dos variados tipos de orações de gerúndio do PB a partir de suas propriedades sintáticas. A quantificação dos dados revelou aspectos interessantes a respeito da gramaticalização das orações de gerúndio no PB: (i) redução significativa das orações adverbiais reduzidas de gerúndio do século XVIII ao XX, o que mostra que estas estruturas devem estar em competição com outros recursos sintáticos (orações conjuncionais e outros processos de junção de enunciados) e (ii) a problemática que envolve a redução das orações adverbiais de gerúndio e o aumento das perífrases de gerúndio. No sistema do Discurso, o autor verificou que as orações de gerúndio (i) exibem a propriedade pragmática de articulação tópica, (ii) são mais frequentes em textos de maior planejamento como as *memórias*, as *cartas da administração privada* e as *cartas oficiais*, enquanto as perífrases são mais usadas em textos menos formais como as *cartas particulares* e textos mais próximos da oralidade, como os diálogos de *teatro*, bem como os *inquéritos de língua falada* (século XX). No sistema da Semântica, o capítulo mostra que essas orações apresentam-se num processo de dessemantização, por exibirem menos relações proposicionais, se comparadas às construções absolutas. Estas últimas mostram uma maior produtividade de relações proposicionais e nelas mantêm-se mais preservadas as propriedades discursivas específicas de cada gênero ou tipo de texto, comprovando que os critérios associados ao modelo de tradições discursivas são bastante pertinentes na análise dos processos de mudança linguística nos três subsistemas investigados.

Finalmente, no capítulo “Diacronia da concordância”, Ataliba T. de Castilho, Bruno Maroneze, Célia Maria Moraes de Castilho, Edilaine Buin, Flávia Orci Fernandes, Janaina Olsen e Marcel Caldeira estudam as diversas possibilidades de concordância nominal e verbal no português do Brasil, do século XIX até o século XXI, com fundamento em cartas oficiais e cartas particulares. Os autores concebem a concordância como um compartilhamento de traços entre os elementos envolvidos, e não como uma relação de dependência de um elemento a outro. A teoria adotada no capítulo é a

abordagem multissistêmica: Castilho (2009). São analisados três tipos de concordância: concordância plena (CP), concordância zero (CØ) e concordância por reanálise (CR). Os autores procuraram identificar as categorias gramaticais, lexicais, semânticas e discursivas que se correlacionam com a expressão da concordância.

- i. Léxico e concordância: as classes dos substantivo, adjetivo, artigo, pronomes, verbo expressam concordância, ao passo que as conjunções, preposições e advérbios não exibem esse comportamento, embora exista marca de gênero, como em *menas pessoas*, e de plural em *ques pessoa*. Substantivos que apresentam gênero natural coocorrem na CP de gênero; substantivos que apresentam gênero arbitrário coocorrem com a CØ de gênero; substantivos coletivos e expressões quantificadoras relacionam-se com a CØ de número.
- ii. Gramática e concordância: a posição de termos interfere nas relações de concordância. Assim, a anteposição do termo X ao termo Y relaciona-se com a CP; a posposição e o distanciamento relacionam-se com a CØ. As categorias gramaticais de gênero e número têm um comportamento assimétrico: mantém-se com mais vigor a CP de gênero; os Especificadores, principalmente na primeira posição, mantêm os traços de número e pessoa quando as outras classes os perdem.
- iii. Semântica e concordância: adjetivos e verbos predicativos relacionam-se com a CP. As representações da categoria cognitiva de QUANTIDADE assumem um papel crucial nas regras de concordância.
- iv. Discurso e concordância: o tópico discursivo, os participantes do discurso e os gêneros discursivos correlacionam-se com as regras de concordância.
- v. Papel regulador do dispositivo sociocognitivo: os três tipos de concordância analisados (CP, CR e CØ) decorrem desse dispositivo; a CP se mantém majoritária e a CR é um fenômeno bastante complexo que indicia a alteração das regras de concordância; já o funcionamento da CØ parece não ser um fator decisivo para o desaparecimento das regras de concordância.

Neste, e nos demais volumes da *História do Português Brasileiro*, concentra-se a atenção na România Nova. O leitor encontrará aqui novos temas e novas formas de estudar a diacronia de uma língua natural.